

## **Abuso de poder político, econômico e condutas vedadas**

### **Autor(res)**

Maxsuel Gonçalves Da Costa Luz  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Kannandha Nunes Costa  
Felipe De Almeida Campos  
Cintia Batista Pereira

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

O abuso de poder político e econômico, bem como as condutas vedadas, têm sido temas amplamente discutidos recentemente. Esses atos comprometem a integridade das eleições e a igualdade entre os candidatos. O abuso de poder político ocorre quando agentes públicos utilizam sua posição para favorecer uma candidatura, enquanto o abuso de poder econômico envolve o uso excessivo de recursos financeiros para manipular o eleitorado. A legislação eleitoral brasileira condena essas práticas e prevê punições severas, como multas, inelegibilidade e cassação de mandato. A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) é um mecanismo importante para coibir tais abusos, assegurando que candidatos que utilizam dessas práticas sejam impedidos de participar de eleições futuras. A fiscalização rigorosa da Justiça Eleitoral é essencial para garantir um processo eleitoral justo, transparente e democrático, protegendo a igualdade de oportunidades entre os candidatos e a livre escolha do eleitor.

### **Objetivo**

O objetivo deste texto é analisar e discutir as práticas de abuso de poder político e econômico, bem como as condutas vedadas, que comprometem a integridade das eleições e a igualdade entre os candidatos.

### **Material e Métodos**

#### **Materiais**

Legislação Eleitoral Brasileira: Inclui a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) e outras normas pertinentes.

Relatórios de Fiscalização da Justiça Eleitoral: Documentos que detalham as ações de fiscalização e as punições aplicadas.

Estudos de Caso: Exemplos de eleições anteriores onde foram identificados abusos de poder e condutas vedadas.

#### **Métodos**

Análise Documental: Revisão e interpretação das leis e regulamentos eleitorais, bem como dos relatórios de fiscalização.

Estudo de Casos: Análise detalhada de exemplos específicos de abuso de poder e condutas vedadas em eleições passadas.

Comparação Internacional: Comparação das práticas e legislações eleitorais brasileiras com as de outros países para identificar boas práticas e áreas de mel

### **Resultados e Discussão**

Os estudos revelaram práticas consistentes de abuso de poder político e econômico, que comprometem a integridade das eleições. Relatórios da Justiça Eleitoral mostram uso indevido da máquina pública, distribuição de bens e vantagens, e gastos excessivos de campanha. Esses abusos minam a confiança no processo democrático. A eficácia das punições depende da capacidade da Justiça Eleitoral de agir rapidamente. A comparação internacional sugere que o Brasil pode aprender com as melhores práticas de outros países. Medidas adicionais, como maior transparência nos gastos e educação dos eleitores, são necessárias para reduzir a incidência de abusos e garantir eleições justas.

### **Conclusão**

A análise do abuso de poder político e econômico, bem como das condutas vedadas, revela a necessidade urgente de medidas eficazes para garantir a integridade das eleições. A legislação brasileira, especialmente a Lei da Ficha Limpa, desempenha um papel crucial na prevenção desses abusos, mas a eficácia depende da aplicação rigorosa e da fiscalização contínua.

### **Referências**

Legislação Eleitoral Brasileira:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp135.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm)

Estudos de Caso: Exemplos de eleições anteriores onde foram identificados abusos de poder e condutas vedadas.